



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 153

QUINTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 165ª SESSÃO, EM 27 DE OUTUBRO DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Inauguração de creche e jardim de infância, no Instituto Lourival Fontes, em Sergipe. Convênios assinados pela LBA e entidades assistenciais daquele Estado.

SENADOR MARTINS FILHO — Significado das eleições de 15 de novembro para a plenitude democrática a ser alcançada no País e o papel desempenhado pelo Presidente João Figueiredo na consecução desses objetivos.

SENADOR FRANCO MONTORO — Considerações sobre livros de autoria de S. Ex^a, que serão lançados hoje, em Brasília, intitulados "Alternativa comunitária — um caminho para o Brasil" e "Leis e projetos de inspiração comunitária", a propósito de temas e problemas nacionais que focaliza.

SENADOR JOSÉ FRAGELLI — Dia dos funcionários públicos. Carta recebida do Presidente da Federação Nacional dos Radialistas, do Presidente Nacional dos Jornalistas e do Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade, sobre demissões em larga escala, que começam a acontecer na chamada "Rede Bandeirantes" de televisão. Medidas anunciadas pelo Governo no setor do crédito rural.

1.3 — ORDEM DO DIA
— Trabalho das Comissões

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Almir Pinto, proferido na sessão de 26-10-82.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 165ª SESSÃO, EM 27 DE OUTUBRO DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. ALMIR PINTO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Eunice Michiles — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Almir Pinto — Martins Filho — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Franco Montoro — José Fragelli — Leite Chaves — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de Srs. Senadores. Havendo número regimental, declarou aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Não há Expediente a ser lido.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Atendendo à solicitação formulada pela Presidente do Instituto Lourival Fontes — que vem desenvolvendo, em Aracaju, um complexo integrado de

serviços, empreendimentos e obras de assistência social, voltada para os segmentos mais vulneráveis e carentes das camadas desassistidas da população, — tive a satisfação de convidar a insigne Presidente da LBA, Senhora Léa Leal para inaugurar a Creche e o Jardim de Infância que foram construídos com recursos da LBA, e do Governo do Estado.

Essas duas organizações integrantes do Instituto Lourival Fontes passaram a ser denominadas Creche Adnil da Costa Falcão e Jardim de Infância Léa Leal, tendo-se realizado a respectiva inauguração na última segunda-feira, dia 25, com a presença do Governador Djenal Tavares Queiroz, do ex-Governador Augusto Franco, do Senador Passos Pôrto, a Superintendente da LBA em Sergipe, Doutora Leonor Franco, deputados, prefeitos e lideranças políticas e sociais do Estado.

Na oportunidade falaram a Presidente do Instituto Lourival Fontes, Dona Hildete Falcão Baptista, o Doutor Eduardo Vital Santos Mello, em nome dos conselheiros da instituição, a Presidente Léa Leal e o Governador Djenal Tavares Queiroz, encerrando a solenidade.

Coube-me, também, a satisfação de tecer considerações a respeito da obra que vem sendo realizada pela LBA.

Não é necessário, neste momento ressaltar as dimensões humanas e sociais dessa obra, em que se destacam, pela sua destinação de utilidade, as Creches-Casulos, pelos inúmeros benefícios que proporcionam às crianças em todas as Unidades da Federação e que constituem, inegavelmente, uma das maiores realizações da Presidente Léa Leal a que vem dedicando o máximo de suas energias, evidenciando numa surpreendente capacidade empreendedora.

Não poderia deixar de acentuar as excepcionais proporções da colaboração que a Presidente da LBA vem prestando ao Governo do Presidente João Baptista Figueiredo que, de resto, tem prestigiado com o seu permanente apoio as suas iniciativas no campo da assistência social.

Queira Deus que esse benemérito esforço da Presidente Léa Leal prossiga, através dos anos, como é do interesse geral da comunidade aonde quer que a LBA instala e mantém as suas Creches.

As demonstrações concretas de solidariedade, e, sobretudo, a participação comunitária na realização desse magno empreendimento, comprovam a essencialidade dos serviços prestados a um número cada vez maior das crianças desassistidas do País.

Ontem, no Palácio do Governo, em solenidade presidida pelo Governador Djenal Tavares Queiroz, a Presidente Léa Leal assinou convênios entre a LBA, Secretarias de Estado, Prefeituras Municipais e Instituições de Assistência Social da Capital e do Interior do Estado, no valor de 51 milhões de cruzeiros, que irão beneficiar cerca de 16 mil crianças e adolescentes.

Na oportunidade falaram, a Superintendente da LBA em Sergipe, Doutora Leonor Barreto Franco, afirmando que "os convênios a par de sua importância material, tem política e espiritualmente dimensão própria. A dimensão dos governantes sensíveis e fiéis aos governados, que acreditam no trabalho, admiram a cooperação, praticam o civismo, reverenciam a ordem e estimulam o desenvolvimento, batalham pela justiça social".

A presidente Léa Leal, após a assinatura aos convênios, disse da sua grande alegria em retornar a Sergipe, a fim de inaugurar a Creche Adnil da Costa Falcão, o Jardim de Infância Léa Leal e dar o apoio da LBA, através dos Convênios que assinou.

Encerrando a solenidade, o Governador Djenal Tavares Queiroz, destacou a importância dos convênios assinados e agradeceu a Presidente Léa Leal pelos benefícios trazidos em sua visita para a população carente de Sergipe.

Finalizando, Senhor Presidente, solicito a incorporação ao texto deste pronunciamento dos discursos proferidos pelas Senhoras Presidente do Instituto Lourival Fontes, da Presidente Léa Leal, do Instituto Lourival Fontes, do que ela proferiu, no Palácio do Governo quando da assinatura dos Convênios e da saudação que fiz ao ensejo da inauguração da Creche e do Jardim de Infância, também no Instituto Lourival Fontes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Discurso pronunciado pela Presidente do Instituto Lourival Fontes, Hildete Falcão Baptista, na inauguração da Creche Adnil da Costa Falcão e do Jardim de Infância Léa Leal, no dia 25-10-82.

A inauguração de uma creche é sempre um acontecimento positivo e auspicioso, principalmente nos países como o Brasil.

País predominantemente jovem, os indicadores estatísticos aí estão para demonstrar a maioria esmagadora das crianças, dos menores e dos adolescentes, no conjunto dos seus habitantes.

Ponto de partida e base para a escalada no rumo da paz e do desenvolvimento global de toda a Nação é, sem sombra de dúvida, a implantação, em regime de urgência, de uma rede nacional de creches.

Trata-se, aliás, do grande objetivo prioritário dessa magnífica e benemérita instituição de Assistência Social que é a Legião Brasileira de Assistência — a LBA, superiormente dirigida pela infatigável Presidente Léa Leal.

A creche e o jardim de infância começam a funcionar impulsionados pelo carinho, pelo amor e pela dedicação, com o apoio da Legião Brasileira de Assistência, Governo do Estado, Prefeitura de Aracaju, Banco do Nordeste do Brasil e Banco Econômico S/A, através dos apelos que fizemos aos Presidentes Camilo Calazans e Ângelo Calmon de Sá, em síntese, contando também com a solidariedade de todas as classes sociais e da comunidade.

Amanhã, deveremos assinar um convênio com a Caixa Econômica Federal, aqui dirigida pelo Senhor Durval Calazans, que muito irá contribuir, para ajudar esta obra, graças ao interesse da Presidente Léa Leal.

A nossa creche que hoje se inaugura, denominada Adnil da Costa Falcão, embora modesta pelas suas proporções, inicia a sua trajetória com o entusiasmo e a fé inabalável dos que a organizaram, na certeza de um futuro brilhante.

Essa creche se denomina Adnil da Costa Falcão como uma singela homenagem a minha mãe, que neste momento evoco, com a mais profunda saudade. Acredito que apesar de modesta, esta homenagem é justa e adequada como lembrança a uma pessoa que dedicou a sua vida a fazer o bem ao seu semelhante, falecendo prematuramente aos 36 anos de idade.

O que ela pôde realizar no decorrer de sua curta vida proporcionando carinhosa assistência aos pobres, aos mais necessitados, principalmente às crianças, em Feira de Santana, justifica esta lembrança. Embora não tenha nascido aqui, encontro-me, todavia, em Sergipe há 39 anos, nesta terra, que me deu a felicidade de poder continuar, com os meus quatro filhos que aqui nasceram, aquela magnífica tradição de amor ao próximo, fazendo o bem, no anonimato, sem esperar qualquer recompensa, a não ser a imensa alegria de ser útil e de servir.

Aproveito a oportunidade para igualmente distinguir algumas personalidades, dando os respectivos nomes às salas correspondentes aos diversos serviços que o conjunto deverá executar, na plenitude do seu funcionamento. São nomes que não poderiam jamais ser esquecidos, pelo muito que fizeram ou continuam fazendo em nosso Estado, em benefício dos segmentos mais carentes e desassistidos da nossa população.

Pessoas que se credenciaram pelo mérito individual, e que conquistaram o respeito, a estima e a admiração de quantos tiveram o privilégio de conhecê-las.

São nomes que devemos pronunciar com justificada emoção.

Uma das salas terá o privilégio de receber a denominação de Maria Áurea Barreto de Menezes, como homenagem póstuma especial a uma excepcional figura humana desaparecida, — Dona Caçula, que, no entanto, sobrevive em nossas lembranças e nossos corações pelo muito que fez quando viva, exemplo admirável de bondade, renúncia e caridade.

Não poderia esquecer a abnegação cristã de Dona Caçula pelo incomparável exemplo que proporcionou nos últimos anos de sua vida, dirigindo uma instituição dedicada ao tratamento de filhos de vítimas de terrível mal.

A outra sala da creche, terá o nome do Doutor José Machado de Souza. Para justificar essa homenagem, nada mais se poderia dizer, pois o nome de José Machado de Souza deve, para os sergipanos, viver sempre associado a todas as homenagens que, por mais repetidas, por maiores que sejam, jamais serão suficientes para corresponder a tudo o que esse médico extraordinário tem feito em benefício de Sergipe, em benefício das crianças sergipanas.

José Machado de Souza, que foi médico de meus filhos, que foi e continua sendo o grande professor da pediatria em Sergipe, não é só um patrimônio do nosso Estado, porque é, na realidade, um patrimônio da medicina nacional.

Respeitado como médico, respeitado como homem público, José Machado de Souza é, inegavelmente, o nome mais credenciado para uma sala de pediatria de uma creche, que representa de alguma forma a realização do que ele sempre tem preconizado, preocupado como poucos com os problemas sociais que nos afligem, compreendendo que a medicina sozinha não será suficiente para a cura das doenças se não existir paralelamente um trabalho de promoção social, de correção das desigualdades.

Simultaneamente inauguramos o Jardim de Infância Léa Leal, iniciativa que se destina a prestar serviços às crianças que mais necessitam de assistência e carinho em nossa cidade. Não preciso acentuar que essa inauguração constitui, por sua vez, uma manifestação da nossa imorredoura gratidão, que não somente Sergipe, mas todo o Brasil, sente-se alegre em prestar, em tributar à digna e incansável Presidente Léa Leal, cuja atuação se estende a todas as Unidades da Federação Brasileira.

O Brasil inteiro conhece, acompanha e aplaude a liderança, a eficiência e o volume impressionante da obra que a Presidente Léa Leal vem desenvolvendo em todas as Unidades da Federação Brasileira.

No caso específico de Sergipe, basta acentuar as proporções e a importância do convênio com ela firmado, em virtude do qual o Instituto Lourival Fontes pôde receber a doação de 7 milhões e 400 mil cruzeiros, ao qual se acrescentou um aditivo de 600 mil cruzeiros.

Com esses recursos transferidos, tornou-se possível a concretização do nosso ideal, construindo-se esta *Creche* e este *Jardim de Infância*.

Sem o apoio moral e sem a ajuda financeira que a insigne Presidente da LBA, Léa Leal, generosamente concedeu, não poderíamos ter a felicidade de assistir às inaugurações que hoje marcam, no calendário do "Instituto Lourival Fontes", o ponto culminante de sua trajetória.

À Dona Léa Leal, desejamos dizer apenas "muito obrigado", pelo muito que fez e que somente o nosso bom Deus poderá recompensar, proporcionando-lhe longos anos de uma vida feliz e muita saúde, a fim de que prossiga, como Presidente da LBA, na realização de sua fecunda gestão a serviço do bem-estar do nosso Povo.

No contexto das atividades do *Jardim de Infância Léa Leal*, — que agora foi inaugurado, — seja-me ainda, permitido tecer algumas breves considerações sobre as salas Maria Agda Andrade Queiroz, Maria Virgínia Leite Franco, Leôncio Correia, Paulo Gomes Dantas e Dr. Carlos Fernandes de Melo.

A Sala Maria Agda Andrade Queiroz onde se concentrarão os serviços de *Orientação Educacional*, constitui uma homenagem a um autêntico símbolo de bondade, de simplicidade e de amor ao próximo.

Trata-se de uma demonstração de reconhecimento e gratidão do Instituto *Lourival Fontes*, ao qual Maria Agda Andrade Queiroz, de longa data, vem prestando os mais assinalados serviços, sempre presente e atuante em todas as circunstâncias vividas pelo Instituto.

Dedica suas energias e generosa capacidade de servir a todos que a procuram.

A Sala Maria Virgínia Leite Franco, onde se instala a Direção Geral, *Jardim de Infância Léa Leal*, dispensa qualquer justificativa, porque todos conhecem a amplitude e importância da extraordinária atuação filantrópica e humanitária de Maria Virgínia Leite Franco.

O povo sergipano aplaude a capacidade empreendedora, o espírito cristão e a magnanimidade de sua admirável personalidade, sempre a serviço dos que sofrem, dos que carecem, dos mais necessitados, demonstrando sempre equilíbrio, dedicação e bondade.

Devo ressaltar agora a sala Leôncio Correia.

Essa denominação é, na verdade, um ato de justiça porque Leôncio Correia foi um brasileiro insigne, cuja existência se caracterizou pela sua dedicação às mais nobres causas da Educação e do Civismo.

Escritor, educador, poeta de rara sensibilidade, deve-se a Leôncio Correia, Secretário de Educação do antigo Distrito Federal, e ex-Diretor da Imprensa Nacional, — cargos que exerceu com eficiência e inextinguível probidade, a instituição, em todas as escolas primárias, da Festa da Bandeira, celebrada, desde então, a 19 de novembro de cada ano. Quando Deputado Federal, pelo Estado de Paraná, apresentou na Câmara projeto regulamentando o uso da Bandeira Brasileira e o toque do Hino Nacional.

Nada mais precisaria dizer para justificar esta singela homenagem a Leôncio Correia. Seja-me permitido, todavia, acrescentar que Leôncio Correia é o pai da nossa querida homenageada, madrinha do *Jardim de Infância, Léa Leal*, a quem o Instituto *Lourival Fontes* deve uma inestimável e decisiva contribuição, possibilitando as inaugurações que hoje temos a alegria de presenciar.

Cabe destacar a homenagem que hoje prestamos ao inesquecível Paulo Gomes Dantas, com a inauguração de uma das salas que integra o *Jardim de Infância Léa Leal*, como um dos setores básicos da atuação do Instituto *Lourival Fontes*.

Antigo funcionário do IBGE, Paulo Gomes Dantas exerceu as funções de Chefe da Casa Civil do Governador Lourival Baptista.

Presidente do Rotary Clube de Aracaju-Norte, Auditor do Tribunal de Contas do Estado, Paulo Gomes Dantas poderia ser definido como um padrão de dignidade e modelo de lealdade.

Nada mais justo, portanto, do que esta homenagem a um autêntico valor, que se dedicava aos amigos e ao trabalho como as prioridades fundamentais de sua existência.

Exemplo de honestidade e total obsessão no cumprimento do dever, Paulo Gomes Dantas é uma denominação adequada para uma de suas dependências.

A outra sala do jardim terá o nome do Doutor Carlos Fernandes de Melo, que nos 50 anos do seu sacerdócio de Medicina, criou a imagem mais perfeita de dedicação e de altruísmo que pode ter um médico. Como ginecologista e obstetra, seguiu sempre com exemplar fidelidade o juramento que fez ao

indicar a carreira, procurando cumprir as palavras de Hipócrates e tornando-se hoje, um exemplo para os médicos que se iniciam, e para todos os que creem que aqueles valores cultuados por médicos da estirpe de Carlos Melo, podem ainda ser preservados, apesar da competição e do individualismo que começam a fazer esquecer a solidariedade.

No Doutor Carlos Melo existe ainda o notável e raro exemplo do médico que sendo abnegado para curar a dor alheia, se mostra também uma fortaleza indestrutível de ânimo, de otimismo e coragem diante da dor que a ele próprio atinge.

Sergipe vive hoje momentos de alegria quando se consolidam, com a Creche e o Jardim de Infância, os empreendimentos pioneiros e humanitários do Instituto *Lourival Fontes*.

Não podemos, nesta hora, olvidar o nosso reconhecimento público e a manifestação dos nossos agradecimentos ao ex-Governador Augusto Franco, que nos deu todo o apoio nas nossas necessidades, apoio continuado pelo Governador Djenal Tavares Queiroz, velho amigo do Instituto *Lourival Fontes* e à Doutora Leonor Barreto Franco, eficiente Superintendente da LBA, em Sergipe pela contribuição e tudo que tem feito pela nossa Instituição.

Fazemos questão de agradecer a grande colaboração do Doutor Carlos Fernandes de Melo Filho, dinâmico Diretor do DEP, cuja comprovada competência muito contribuiu para o advento da Creche e do Jardim de Infância.

Também merece referência especial o nome do Engenheiro Carlos Henrique de Carvalho, ex-Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem de Sergipe que possibilitou a concretização, pela sua colaboração técnica, na fase preliminar de planejamento e construção, assim como ao atual Diretor, Engenheiro Edson Leal Filho, como também aos Secretários da Saúde e Educação, doutores José Machado de Souza e Antonio Manoel de Carvalho Dantas, que muito nos tem ajudado.

Aproveitando a oportunidade para agradecer a todos os corações generosos que já fizeram doações materiais à Creche e ao Jardim de Infância.

Resta-nos, finalmente, rogar ao Todo Poderoso que proteja os que aqui trabalham com dedicação e amor, e que proporcionem aos serviços ora inaugurados, crescente produtividade e a necessária expansão, de tal forma que possa, dentro em breve, atingir, na sua plenitude, os objetivos colimados de eficiente atendimento a todos quantos necessitem de sua assistência.

Discurso pronunciado na inauguração da Creche Adnil da Costa Falcão e Jardim de Infância Léa Leal, pelo Senador Lourival Baptista, em 25 de outubro.

Sergipe se regozija e se orgulha, no momento em que tem a honra de acolher, para uma breve permanência, a insigne Presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), Senhora Léa Leal.

Todos os brasileiros conhecem, acompanham e aplaudem a surpreendente expansão das iniciativas e realizações dessa benemérita instituição que, em todas as unidades da Federação, vem atenuando os impactos da pobreza absoluta e da marginalização social das camadas mais pobres e vulneráveis da nossa população que, segundo as mais recentes análises estatísticas e sociológicas, representam um vasto contingente demográfico da ordem de, aproximadamente, 40 milhões de brasileiros.

Esse volume impressionante de pessoas carentes levou o Presidente João Baptista Figueiredo, em novembro de 1980, em um dos seus memoráveis pronunciamentos, a se dirigir à Nação, acentuando:

"Tenho sustentado... que não haverá desenvolvimento digno de nossa Pátria se não estiver fundado na justiça. E que não haverá Brasil realmente próspero enquanto conviverem, lado a lado, a riqueza e a miséria. O desperdício e a escassez. A abundância e a fome."

Ninguém melhor do que Léa Leal soube definir a missão humanitária da LBA, através da execução de seus múltiplos programas integrados nos vários setores da Complementação Alimentar, das Creches-Casulo, da Educação para o trabalho, da Legalização do homem brasileiro, da Assistência aos excepcionais, da Assistência aos Idosos, do PRONAV (Programa Nacional do Voluntariado), e do socorro às vítimas de calamidades ou flagelos que, periodicamente, assolam as comunidades atingidas.

Em uma das suas freqüentes declarações aos jornais, rádio-emissoras e TVs, no cumprimento do dever de informar e prestar contas das suas atividades, assim se expressou Léa Leal em dezembro de 1980, no Rio de Janeiro:

"... Estou certa, porém, que, um dia, a LBA que é casa do pobre, do desvalido, do marginalizado social, estará realizando um

atendimento de forma integral e abrangente, não deixando sem resposta quem quer que venha até ela em busca de compreensão e ajuda. E posso lhes assegurar que, com a sensibilidade social e a firme determinação que caracterizam o Presidente João Figueiredo e que, felizmente, estão se refletindo na participação cada vez maior das comunidades e dos grupos favorecidos, este dia fica cada vez mais próximo."

A honrosa presença da infatigável Presidente Léa Leal, da LBA, em nosso Estado, é uma demonstração viva do seu dinâmico estilo de atuação, da sua integral dedicação ao desempenho das extenuantes responsabilidades que caracterizam a sua eficiente gestão.

Aqui está inaugurando um conjunto integrado de serviços de assistência social — a Creche Adnil da Costa Falcão e o Jardim de Infância Léa Leal — conjunto integrado de serviços de assistência social, no Instituto Lourival Fontes, e amanhã, em Palácio, assinará, com o Governador Djenal Tavares de Queiroz, Convênios que deverão beneficiar diversas Prefeituras Municipais, Órgãos do Governo Estadual, Entidades e Serviços de Assistência Social com a destinação de 51 milhões, para uma clientela estimada em cerca de 16.000 beneficiários.

A esse total se devem acrescentar os recursos da Caixa Econômica Federal, oriundos de acordo específico com a LBA, compreendendo 90 ORTN/mês, no valor total de Cr\$ 2.590.434,00 (dois milhões, quinhentos e noventa mil, quatrocentos e trinta e quatro cruzeiros), destinados ao Instituto Lourival Fontes, e às Prefeituras Municipais de Estância e Aracaju.

Não é esta a ocasião oportuna para analisar o conteúdo, a significação, o valor em termos financeiros e a destinação específica de cada um dos Convênios celebrados entre a LBA e o Governo do Estado.

O volume dos recursos já indicados é demasiado eloquente, e define, melhor do que as palavras, as dimensões da extraordinária contribuição da LBA, por iniciativa de sua digna Presidente, ao bem estar social da população carente e desassistida a que se destina.

Congratulo-me, por esse motivo, com o Governador Djenal Tavares de Queiroz, com a Presidente Léa Leal, com a Superintendente da LBA em Sergipe, Doutora Leonor Franco e, sobretudo com o povo sergipano pelos excepcionais e benéficos resultados decorrentes da execução dos mencionados Convênios.

Seja-me permitido encerrar esta singela saudação, com as palavras pronunciadas, aqui mesmo, em Aracaju, por Léa Leal — já homenageada pela Assembléia Legislativa do Estado como "Cidadã de Sergipe" — quando, em novembro de 1980, assim definiu a sua nobre missão como Presidente da LBA:

"Trabalho social é soma e cooperação. Trabalho social são mãos dadas entre pessoas e instituições que, desapegadas de promoções fáceis, se suprem e se completam umas às outras, na missão sublime de assistir e proteger aqueles que nada têm e nada podem."

Pronunciamento da Senhora Léa Leal

O Presidente da LBA

INAUGURAÇÃO DA CRECHE DO INSTITUTO LOURIVAL FONTES

Instituto Lourival Fontes

Aracaju/SE, 25 de outubro de 1982.

Costumó dizer que inaugurar uma creche é sempre, para mim, um inesquecível momento de alegria e ternura.

E graças a Deus, nos meus três anos e meio à frente da LBA, esses momentos têm se repetido com bastante frequência. Creches, muitas Creches têm sido semeadas, em todo o País, pela LBA e seus incansáveis aliados, num trabalho duro mas gratificante em benefício da infância brasileira carente.

Hoje, porém, o momento e o sentimento são especiais.

A alegria e a ternura ficam redobradas.

A prova maior é que estou vindo diretamente do aeroporto onde acabei de chegar do Rio de Janeiro, para estar aqui, com vocês, na inauguração de mais uma creche patrocinada pela LBA.

Esta inauguração é, portanto, a primeira parada, o primeiro ato é o primeiro trabalho social de que participo nesta viagem a Sergipe, terra amiga que, há 2 anos, para meu grande orgulho, adotou-me como sua cidadã honorária.

E não poderia eu proceder de outra maneira.

Por várias e importantes razões.

Em primeiro lugar, porque aqui estamos vendo funcionar mais uma creche, que acolherá e protegerá, 300 pré-escolares, garantindo-lhes, integral-

mente, alimentação, vigilância médica, atenção pedagógica e segurança social.

Depois, porque a LBA, que lidera no Brasil a Campanha Nacional de Creches, se sente na obrigação de estar presente e atuante onde quer que a iniciativa particular venha a se mostrar engajada neste patriótico movimento social. É o caso do Instituto Lourival Fontes, entidade que, neste Estado, tem a sadia tradição de colocar-se sempre ao lado — e muitas vezes à frente — das atividades e programas que procuram beneficiar a criança desamparada.

Por isso, a LBA não hesitou em trazer ao Instituto Lourival Fontes e à esta nova creche sua cooperação financeira da ordem de 8 milhões de cruzeiros, colaborando assim, de forma decisiva, na proteção às crianças que aqui estão.

Há também uma outra razão importantíssima. O Instituto Lourival Fontes, tem para mim um significado todo especial. Esta obra de abnegação e solidariedade social é fruto do tamanho infatigável de uma pessoa que merece ser enaltecida neste momento pelo muito que deu e dá de si a esta obra, da qual é Presidente, pela graça de Deus. D. Hildete Falcão Baptista quem, praticamente anônima e silenciosa em seu trabalho, garante com zelo e competência carinhosa, a existência quotidiana do Instituto Lourival Fontes. Ela é a presença amiga e constante, é a força admirável e incansável que motiva e move esta Instituição magnífica, resultante também do entusiasmo vibrante de seu esposo, o Senador Lourival Baptista, um dos melhores homens públicos que Sergipe deu ao País. O Senador Lourival Baptista tem sido um batalhador construtivo e um aliado permanente com que conta a LBA em suas constantes reivindicações sociais. Sobretudo as Creches com o nome ilustre de Lourival Fontes e com a fibra do seu homônimo Lourival Baptista, este Instituto só poderia se tornar o que é Hoje. O retrato fiel do que se faz em Sergipe, uma verdadeira assistência social positiva, séria e é desinteressada para a qual devo dizer neste momento muito contribui o trabalho integrado da ex-Coordenadora do PRONAV/LBA, D. Virgina Franco que teve em sua nora Leonor Franco, como eu tenho na Superintendência da LBA, a maior e mais eficiente colaboradora. Estou certa de que a família do Dr. Augusto Franco continuará ao lado da Legião Brasileira de Assistência, quero no Congresso Nacional, quer dentro do próprio estado de Sergipe.

E feliz o Estado cuja história pode contar, entre suas mais legítimas personalidades, com homens e mulheres que se identificam não apenas pela terra que lhes serviu de berço, mas, também, pelo espírito público pela capacidade de fazer e pelo alto sentimento de patriotismo. Finalizando quero reiterar a minha gratidão ao casal amigo, Senador Lourival Baptista e D. Dete, em nome da LBA e das crianças sergipanas que ganham mais um teto protetor onde o carinho é tão importante quanto os demais cuidados a elas dispensados. Por tudo isto estou completamente realizada e feliz por estar aqui neste estado que tanto amo.

Cumprido o meu primeiro compromisso e sentindo a minha primeira emoção, que Deus, na sua infinita misericórdia, abençoe esta Instituição e que nem a incompreensão dos homens possa um dia atingi-la.

Pronunciamento da Senhora Léa Leal

Presidente da LBA

ASSINATURA DE CONVÊNIOS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PARTICULARES DE SERGIPE

Palácio Olímpio de Campos/SE

Aracaju/SE 26 de outubro de 1982

Mais uma vez, para minha grande alegria, encontro-me entre amigos e companheiros deste querido estado de Sergipe, do qual sou cidadã honorária, pela vontade e bondade de seus representantes legislativos.

Sinto-me como se estivesse em minha própria casa, ao receber, aqui, as atenções carinhosas e a hospitalidade gentil do Excelentíssimo Senhor Governador Djenal Tavares de Queirós e de sua excelentíssima esposa, Senhora Maria Agda Andrade de Queirós, Primeira Dama do Estado.

E, mais uma vez, nosso encontro se dá numa situação de trabalho social, efetivo e produtivo.

Aqui estamos para uma assinatura global de convênios com órgãos estaduais, municipais e com instituições particulares de assistência social.

Firmamos hoje 45 acordos que irão beneficiar mais de 16 mil pessoas deste Estado.

E por estes compromissos, não só as entidades privadas, mas principalmente 25 Prefeituras Municipais e 3 Secretarias de estado receberão da LBA uma cooperação financeira da ordem de 50 milhões de cruzeiros. Com o aporte desses recursos, as instituições poderão desenvolver, com mais auto-

nomia e agilidade, os indispensáveis serviços sociais de que tanto necessita a população sergipana carente.

É desse modo que a LBA realiza sua ação social em todo o País.

Ou fazemos diretamente nosso trabalho, ou ajudamos aqueles que podem nos ajudar a fazê-lo, pois pensam como nós e pretendem chegar ao mesmo objetivo: a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

Quero destacar, entre os convênios, que 35 deles se referem à manutenção de creches-casulo, para um total de 10 mil crianças sergipanas até 6 anos.

Menciono os convênios para mostrar que continua em plena força a *Campanha Nacional de Creches*, que se tornou, há 3 anos, a bandeira da LBA e de seu Programa Nacional do Voluntariado, o PRONAV/LBA.

As creches, hoje, estão na ordem do dia.

Elas são a principal reivindicação das classes trabalhadoras, sobretudo as mulheres. Elas servem, também, como chamariz para a venda de apartamentos, fazem parte de novas programações sociais de órgãos federais e estaduais. E estamos presenciando que se constituíram na plataforma e na promessa mais atraente da maioria dos candidatos de todos os partidos às eleições de 15 de novembro.

A LBA fica contente com isso, com essas adesões recentes, pois sempre lutou por creches, mais creches para as crianças.

E a LBA nunca ficou em promessas. *Fez e continua fazendo.*

As provas de nosso trabalho são inúmeras e frequentes.

Em 3 (três) anos, triplicamos o número de crianças atendidas em nossas creches-casulo. Hoje são 400 mil.

Aqui mesmo, em Sergipe, além dos convênios citados, temos o testemunho deste extraordinário e vibrante homem público que é o Senador Lourival Baptista. Sua Excelência, solidário com a obra da LBA e inspirado em nossa Campanha de Creches, apresentou ao Congresso um projeto que prevê incentivo fiscal a todas as empresas que construírem e mantiverem creches para os filhos de seus empregados.

O nobre Senador por Sergipe, assim como nós, também não fez promessas. Age pronto e rápido. Seu projeto de incentivo às creches deverá ser aprovado ainda nesta legislatura.

Outra prova do esforço e da criatividade da LBA pode igualmente ser encontrada nesta solenidade.

Também estamos assinando, aqui, 3 (três) convênios de adoção financeira de creches pela Caixa Econômica Federal. Isto já é um produto real da Campanha Nacional de Creches, lançada e liderada pela LBA.

Três novas creches, das Prefeituras Municipais da Capital e de Estância e do Instituto Lourival Fontes de Aracaju estão sendo hoje adotadas pela Caixa Econômica, que se compromete a pagar 1 (uma) ORTN por criança/mês, num total de 30 crianças em cada creche.

E esta cooperação está se alastrando por todo o País, demonstrando que a LBA e seus aliados do Programa de Creches não ficam só nas palavras e, seguindo as diretrizes e o exemplo do Presidente João Figueiredo, trabalham — e trabalham duro — pelo bem-estar da população brasileira carente.

É isso, essa dedicação e essa vontade de realizar, que estou encontrando, aqui, nas pessoas que dirigem os destinos deste Estado. E que encontro também no trabalho inteligente e incansável desenvolvido por Leonor Franco, à frente da Superintendência da LBA em Sergipe.

É uma obra construtiva como esta e são instituições e pessoas exemplares, como as que estão hoje prestigiando esta nossa solenidade, que tornam, como disse no início, altamente proveitosa e feliz minha estada aqui e me fazem sentir cada vez mais orgulho em ser cidadã honorária de Sergipe.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Considero as eleições de novembro o fato político mais importante desta década.

São elas o símbolo mais evidente, a intenção mais confiável, o gesto mais enfático do instante de transição em que vive o Brasil, de um regime inegavelmente autoritário a um tempo de alvorada democrática.

A democracia que almejamos não se esgota, obviamente, na realização das eleições e na posse natural dos eleitos, venham eles de onde vierem.

Vai além, muito além!

É preciso repensar as prerrogativas do Parlamento, a Autonomia do Judiciário, o relacionamento entre Municípios e Estados e entre os Estados e a

União. Impõe-se, numa palavra, restaurarmos plenamente a estrutura Republicana do poder, num reequilíbrio das forças que a integram para suprimir as distorções naturais, decorrentes da hegemonia de um de seus pólos.

Será necessário o aperfeiçoamento dos mecanismos para a aferição da vontade popular, não apenas em eleições periódicas e universais, pelo voto direto e secreto, dos dirigentes do poder público, mas também que enseje a participação ativa de todos os segmentos da população nos problemas da vida nacional.

Não menos árdua será a tarefa de escoimar a legislação vigente, a partir da própria constituição Federal, dos ranços de autoritarismo que contém, do tratamento casuístico dos problemas institucionais que, não poucas vezes, lhe serviu de regra.

Hercúleo será o esforço para reconquistar a confiança do povo à classe política, marginalizada, vilipendiada, desacreditada, por tanto tempo, também pelos seus pecados, é verdade, mas, muito mais, pelos preconceitos que se criaram contra a atividade da política e dos políticos, essencial à existência de qualquer nação civilizada.

Tudo isso, porém, é o óbvio. Todos nós estamos cientes de que as eleições não serão o fim do caminho, mas apenas o seu início. Não são a democracia, estão no seu limiar.

O clima Eleitoral, todavia, ganhou as ruas, os lares, o povo.

Discutem-se e avaliam-se partidos, candidatos, vitórias e derrotas de uns e de outros, a partir das análises mais desencontradas, dos prognósticos mais contraditórios.

Versões levantam-se e caem com os propósitos mais despropositados: insinuam uns que a vitória deste ou daquele comprometerá a democracia, prescrevendo o suicídio para preservar a vida;

cobram outros lealdades não conquistadas, como se compromissos fossem gerados unilateralmente pela vontade exclusiva de uma das partes;

patrulham, ainda outros, comportamentos e atitudes de companheiros, tentando reduzir todos à subordinada massa de manobra, a serviço de pontos de vista estreitos e sectários; e

há, até, os que ameaçam empunhar armas para impedir que certos candidatos, se eleitos, assumam o mandato popular, no melhor estilo dos famigerados "vigilantes" que os filmes faroeste consagraram.

Desde que as coisas fiquem nas ameaças, nas insinuações, nas palavras soltas e irresponsáveis do discurso pré-eleitoral, tudo bem! Ajuda a compor o clima.

Não é de tais coisas, porém, que tratarei nesta oportunidade.

Trato de um personagem especial, do principal foco das atenções deste momento, de alguém de quem se pode ser a favor ou contra, mas que será necessariamente considerado, agora e sempre, quando se mencionarem as eleições de 15 de novembro próximo.

Refiro-me à Sua Excelência, o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

"Juro fazer deste País uma Democracia", vem declarando reiteradamente Sua Excelência.

Dessa contundente sentença, destaca-se a tríplice verdade de João Figueiredo que o alça à dimensão de exemplo, de paradigma, de pedra-de-toque da Militância Política na atualidade.

A primeira dimensão dessa verdade é que a Democracia Brasileira está por vir. Ainda não é, será! Se já o fosse, em vão seria o juramento de fazê-la, como por certo ensinaria o Conselheiro Acácio.

Esta constatação tão simples para muitos, terá sido das mais difíceis para o Presidente.

Precedendo-a, assistimos todo um debate sobre a Democracia Multiadjetiva — possível, adequada, relativa — no qual desesperadamente procuravam uma palavra que escondesse o pensamento, ao invés de explicitá-lo.

Esse raciocínio surrealista não revelava outra coisa de seus defensores, senão a arraigada crença de que o autoritarismo que encarnavam era a forma de regime mais adequada ao País. Difícil de nominá-lo pelo próprio nome, batizou-se-o de Democracia. Sendo porém, esdrúxulo o nome ao ente, foi necessário restringi-lo com adjetivação cuidadosa que minorasse o desastroso efeito.

Não nos esqueçamos que João Figueiredo vincula-se profundamente a esse contexto. Ele, como um dos Chefes do movimento de março, não poderia estar infenso a todas as razões desse momento.

Quando, com a solenidade de um juramento Público, reconhece que a Democracia é o devir, é o alvo pelo qual se luta, é a excelência a ser alcançada como compromisso maior do movimento que lidera, João Figueiredo trans-

põe a barreira dos preconceitos revolucionários e cria ao redor de si um amplo espaço de confraternidade, pelo menos, a nível das idéias.

Já não há que se indagar se somos esta ou aquela espécie de democracia menor. Afirma-se simplesmente, pateticamente, que somos um povo procurando a Democracia maior, além das tutelas e dos condicionamentos por esclarecidos e bem intencionados que o sejam.

A segunda dimensão dessa verdade, está contida no núcleo de significação do verbo "fazer".

A democracia a devir não é uma dádiva; é uma conquista. Há que ser feita.

O estilo peculiar do Presidente, que coloca o verbo na primeira pessoa do singular, reflete o peso das responsabilidades que assume como líder nacional do processo democratizante. Democratizar o País é obra que, espiritualmente, não quer compartilhar, tal o seu apego à idéia que a inspira. Torna-se-lhe uma obsessão irresistível! Se ninguém mais se engajasse nesse "fazer", ainda assim nele estaria engajado o Presidente. Se alguém resistir essa idéia, terá de arrotar-se com ele. Eis um bom contexto para se entender o "prendo e arrebenho".

Figueiredo lança-se com toda a força nesse fazer. Sem contar com a própria saúde, agora ameaçada, cobre o País de Leste a Oeste e de Norte a Sul numa maratona estafante, brigando por votos na praça pública, cometendo e confessando os pecados próprios das lutas eleitorais, atacando e sendo atacado, envolvendo-se sem limites e sem condições nesse processo, como se buscase eleger-se a si mesmo pelo voto popular.

Não se reservou a cômoda posição de juiz que poderia ter escolhido, sob aplausos nacionais, assistindo do olimpo o engalfinhar-se dos mortais, pela sobrevivência política. Saiu ao tempo e expõe-se aos riscos.

Respeitando, embora, aqueles que honestamente criticam a postura presidencial nessas eleições, louvo-a e admiro-a na sua significação substantiva. Não é ela, nessa dimensão, aliciante ou ameaçadora. É um ato de fé. Um testemunho de engajamento.

É a forma que João Figueiredo achou para fazer a democracia.

Todos os brasileiros conscientes transporão, por certo, a pessoa do verbo a primeira do plural. Faremos deste País uma democracia.

Outra não é a realidade deste 15 de novembro. Todos estão nas ruas, pregando, discutindo, arrotando perigos, expondo idéias e intenções à luz do dia e sem receios.

Alguns estão pagando alto preço para fazer a democracia, até com a vida, como lamentavelmente temos visto.

Há os que resistem. Os embuçados que ameaçam, que falsificam, que querem, a qualquer custo, impedir a luz. Não prevalecerão por certo. Hemos de manter as portas e janelas de nosso edifício político cada vez mais abertas. Os miasmas não proliferam na presença da luz e do ar.

A terceira dimensão da verdade de João Figueiredo está no juramento feito.

O jurar é a forma mais sagrada e pessoal de se assumir um compromisso.

Ao jurar a democracia, não por uma fórmula ritual fria e necessária, mas num espontâneo desabafo de fé, João Figueiredo tomou um compromisso pessoal que lhe vincula a honra.

A democracia, assim, deixou de ser para Figueiredo, uma questão meramente política que possa ser postergada por motivações políticas. É uma questão de honra que tem de ser resolvida por imperativo categórico, independente das conseqüências que dela possam advir.

Ao destino da democracia brasileira, ligou João Figueiredo, indissolivelmente, seu próprio destino. Transpôs já seu rubicão. *Alea jacta est!*

O Sr. José Fragelli — Permite V. Ex^a, um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. José Fragelli — Sabe V. Ex^a que eu, francamente, não participo de todo o otimismo de V. Ex^a em relação aos compromissos assumidos pelo Senhor Presidente da República. Mas compreendo muito bem que se dê essa fé, que V. Ex^a está dando, à palavra do Presidente. E talvez eu até não desse o aparte a V. Ex^a, não fosse a última frase usada de que o Senhor Presidente — como disse — atravessou o seu Rubicão. Eu queria lembrar uma outra frase de um escritor argentino, Octávio R. Amadeo, que diz "que os Rubicões são fáceis de serem transpostos; as dificuldades começam do outro lado". O Rubicão do Senhor Presidente talvez seja esse 15 de novembro, e a palavra empenhada de Sua Excelência passará a valer quando, atravessado o Rubicão de 15 de novembro, ele mantenha, com a sua autoridade de Presidente da Re-

pública, as promessas de fazer deste País uma democracia. Talvez as dificuldades maiores para João Figueiredo comecem depois que Sua Excelência transponha o Rubicão de 15 de novembro. Mas é aí que deverá fazer valer seu valor de Presidente, como César fez valer seu valor de grande general, cumprindo seus propósitos depois de ter atravessado o Rubicão.

O SR. MARTINS FILHO — Agradeço, nobre Senador José Fragelli, o valioso aparte de V. Ex^a que vem fortalecer minhas palavras, pois esse é também o meu pensamento.

Vincular o sucesso de Figueiredo ao resultado das eleições é argumento pobre, é tese menor dos que não conseguem se alçar acima do pragmatismo aético dos imediatistas. O Presidente João Figueiredo já ganhou suas eleições, independente do resultado das Urnas. Por paradoxal que pareça, quanto menor for seu sucesso em eleger seus candidatos, maior será a consagração de sua obra, de seu empenho em democratizar o Brasil.

Não existe Democracia de Partido Único, de poder vitalício, de eleições sem derrota. A essência do Regime Democrático está exatamente na alternância de poder, não por pessoas do mesmo grupo ou do mesmo partido, mas por partidos que se opõem entre si, por interpretarem de forma diversa os anseios do povo que representam.

Quando João Figueiredo vai às praças e tenta ganhar por qualquer meio os votos populares para seu partido é porque sabe que sem tais votos, seu partido cederá o poder a outros partidos.

Faço este pronunciamento antes das eleições, sem saber o que as urnas dirão, porque hoje posso fazê-lo de forma isenta, sem perder a Independência com que procuro exercer meu mandato e cumprindo o dever evangélico de a cada um pagar o que lhe é devido.

Devo como brasileiro e político, admiração e honra ao Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo pelo que vem fazendo para democratizar o Brasil. Declaro-o da mais alta Tribuna Parlamentar do País.

Declaro-o por Justiça e com a consciência ativa de quem diverge sempre, quando a convicção pessoal o aconselha.

Obrigado! (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Por permuta, concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Substituindo o meu eminente Líder Senador Humberto Lucena, vou ler a saudação e a mensagem que ele hoje dirige aos funcionários do Brasil:

A data de hoje é dedicada ao funcionário público.

Nada mais oportuno, portanto, do que enfatizar as suas justas e legítimas reivindicações que até hoje, por mais freqüentes que tenham sido, não têm logrado sensibilizar os atuais governantes.

Em primeiro, lugar cumpre ressaltar a luta pelo elaboração do novo Estatuto que deverá unificar o regime jurídico dos funcionários, de tal sorte que desapareçam os contratos de servidores públicos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Em segundo lugar, chamamos a atenção das autoridades competentes da área econômica, para a necessidade imperiosa de estender ao funcionário público o direito ao reajuste semestral, que já foi assegurado, há tanto tempo, ao empregado da empresa privada. Não há injustiça maior, numa época de inflação crescente como a que atravessamos, do que a concessão anual do reajuste do funcionalismo público e assim mesmo dividido em duas prestações, uma em janeiro e outra em abril ou maio.

Afinal, o funcionário público aguarda, há muito tempo, a percepção do décimo terceiro salário, uma velha conquista dos trabalhadores brasileiros que, entretanto, sem qualquer justificativa convincente, até agora não foi concedida ao funcionário público.

Ao congratular-se com o funcionário público pela passagem de sua data comemorativa, a bancada do PMDB no Senado faz um veemente apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de atender, desde logo, pelo menos essas suas aspirações mínimas.

O Sr. Franco Montoro — Muito bem!

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Sr. Presidente, também dirigido ao Gabinete do Senador Humberto Lucena, como Líder do PMDB no Senado Federal, uma carta subscrita pelo Presidente da Federação Nacional dos Radialistas, pelo Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas e pelo Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade.

Penso, Sr. Presidente, que devo fazer a leitura deste documento, na sua íntegra.

Brasília, 21 de outubro de 1982

Exm^o Sr.

Senador Humberto Lucena
DD. Líder do PMDB no
Senado Federal
Brasília — DF

Senhor Senador:

Confirmando preocupações e denúncias que já fizéramos a vários órgãos e instituições oficiais, estamos, hoje, infelizmente, levando a Vossa Excelência um relato sobre fatos que só não se repetirão se tivermos uma iniciativa urgente de parte de Vossa Excelência. Trata-se das demissões, em larga escala, que começam a acontecer na chamada "Rede Bandeirantes" de televisão. E a alegação da empresa é apenas o fato de estar a TV brasileira entrando na era do satélite e, portanto, considerando plenamente dispensável o trabalho dos seus empregados, na maioria dos casos técnicos especializados na área das telecomunicações.

O que nos assusta não é o fato da entrada, em nosso meio profissional, de novas tecnologias e equipamentos supersofisticados da eletrônica, mas sim o fato de estarem os empresários do setor preocupados apenas com o lucro, querendo somente utilizar a tecnologia recente e revolucionária, sem qualquer preocupação com o trabalho humano, simplesmente trocando o homem pela máquina.

No nosso modo de entender, a função da tecnologia é, principalmente, ampliar a oferta de melhores condições de vida ao próprio homem, e não transformá-lo em vítima dela, uma vez que isto só nos levaria a ficar contra os novos passos da ciência aplicada, o que seria um absurdo.

Diante de tais fatos, citamos alguns números: só na "Rede Bandeirantes" de Belo Horizonte, MG, a sua televisão está dispensando 60 dos seus 140 empregados sumariamente, apresentando como única justificativa o fato de ter a empresa adquirido o direito de uso, para transmissão nacional simultânea, de um satélite.

E tendo ao seu lado o FGTS — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — que nada tem garantido ao trabalhador brasileiro, as demissões estão acontecendo e nós, trabalhadores, nada temos podido fazer.

E tem mais: a mesma empresa anuncia que demitirá outros 200 empregados em São Paulo, na centena no Rio, e várias dezenas em outros pontos do País. Alega também a direção da "Rede Bandeirantes", que o fato é incontrolável por parte dos empregados porque "é a nova tecnologia que chega, são os novos tempos"...

Hoje, é a "Rede Bandeirantes" que demite e nada acontece. Apenas, passamos a ter outros milhares de desempregados. Ontem, quando da cassação das televisões da "Rede Associada", dos "Diários e Emissoras Associadas — Rede Tupi", o mesmo aconteceu e, até hoje, muitos dos companheiros que perderam os seus empregos continuam sem onde trabalhar. A resposta obtida é que o FGTS lhes foi pago. E nós perguntamos: e daí?

Amanhã, denuncia, em seu favor, a mesma "Rede Bandeirantes", as outras emissoras de televisão e de rádio farão o mesmo, em todo o país.

Pois bem, chegamos ao fim da linha: a tecnologia, no Brasil, começa a ameaçar os trabalhadores. E isto não pode acontecer. Por esta razão, precisamos de uma legislação definidora das garantias do mercado profissional do trabalhador diante das novas máquinas e equipamentos em sua maioria adquiridos, pelas empresas, com financiamentos e empréstimos subsidiados ou estimulados pelo poder público, portanto com recursos dos próprios brasileiros usados contra os seus interesses.

Diante de tudo o que aqui está exposto, estamos requerendo de Vossa Excelência urgentíssimas providências no sentido de se elabo-

rar uma legislação, a ser submetida ao Congresso Nacional, destinada a evitar que, no Brasil, a tecnologia venha a representar desemprego em massa.

E ficamos à disposição para colaborarmos com as informações e dados que temos para uma legislação que resguarde os interesses do país e da maioria do seu povo, que são os trabalhadores.

Ao mesmo tempo, requeremos que Vossa Excelência destine aos problemas aqui denunciados, parte de sua atenção e ação, buscando evitar que a "Rede Bandeirantes", ou qualquer outra empresa da área da telerádiodifusão, faça da tecnologia avançada e nova, o novo instrumento para demitir empregados e criar mais intranquilidade e temor às famílias dos trabalhadores que representamos, até este momento apenas perplexos e céticos em relação ao seu futuro profissional, a não ser que este nosso relato, apelo a reivindicação resulte em efetivas providências e iniciativas oficiais.

Aguardando resposta de Vossa Excelência, para tentarmos tranquilizar os nossos companheiros, especialmente os de Belo Horizonte, Rio e São Paulo, renovamos as nossas cordiais.

Saudações Sindicais.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS RADIALISTAS

Antonio de Pádua Aranha de Araújo

Presidente

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

Washington Mello

Presidente.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM
COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE,

Alceu Portocarrero

Presidente

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Assim, Sr. Presidente, através desta missiva, o País toma conhecimento de um fato bastante grave. Quando para o próximo ano se anuncia uma recessão nas atividades econômicas, e todas as outras que podem empregar brasileiros, dar-lhes serviços, meios de vida, vem este fato, aqui anunciado, com relação ao que está acontecendo na Rede Bandeirantes de Televisão, a ameaçar mais um setor do trabalho com o desemprego em massa.

O apelo feito pelos presidentes de todas as federações aqui mencionadas, parece-me, não é só para o Líder do PMDB mas para todos os responsáveis pela vida nacional. Aqui fica, portanto, esse apelo das federações ligadas às comunicações e à publicidade.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, permito-me tomar um pouco mais de tempo à Casa, para fazer referência às medidas anunciadas pelo Governo, através das autoridades da área financeira, no que se refere ao crédito rural.

Ainda há pouco, o nobre Senador Franco Montoro lembrava-nos, Sr. Presidente, que o Ministro do Planejamento, no exterior, já anunciava uma medida de graves conseqüências para o trabalhador brasileiro. Portanto, para uma área econômica que, aliás, é a mais ampla do País.

Referia-se, ainda, à privatização da Carafba Metais, empresa de produção ligada à defesa nacional. O terceiro ponto é referente a Carajás. Sobre pesquisas abertas à empresas estrangeiras, portanto, uma abertura, também, para a entrada das mesmas empresas na exploração das riquezas e das possibilidades do Grande Carajás.

Venho, Sr. Presidente, trazer um quarto elemento, mais uma medida anunciada pelo Governo, de possíveis conseqüências catastróficas para o País. E acho que não estou carregando no termo. São as medidas anunciadas pelo Conselho Monetário, pelo Ministério da Fazenda, no que concerne ao crédito rural. Permito-me ler, Sr. Presidente, as considerações feitas por esse eminente jornalista da área econômica, que é Joelmir Beting, na *Folha de S. Paulo* de vinte e quatro do corrente. Diz ele:

"O orçamento monetário, que funciona como plano de ação não mais do Governo, mas da economia como um todo, admite a heresia contábil das contas em aberto. E contas do tamanho de Cr\$ 6 trilhões no crédito rural, que pode ser espichado ou enxugado ao longo do calendário gregoriano, que não bate, necessariamente, com o calendário agrícola.

Essa conta em aberto é tão devastadora, do ponto de vista orçamentário, que está com a tomada ligada na emissão primária da

moeda. E não deu outra: agora em outubro uma injeção de Cr\$ 412 bilhões na base monetária para a cobertura escritural dos compromissos com crédito rural. Entre outros, os comprometimentos inventados em pleno vôo.”

Agora, começa a denúncia que desejo fazer.

Li, ou alguém disse aqui no Senado, que a venda do feijão ao povo a sessenta cruzeiros, não estava custando nada ao povo, ao erário, mas Joelson Beting diz justamente o contrário:

“Caso do feijão do PDS, Sangria de 2 bilhões e 400 milhões, consumidor subsidiado pelo contribuinte que pode ser o próprio trabalhador.”

Assim, o feijão a sessenta cruzeiros, vendido ao povo, é pago pelo próprio povo, com dinheiro do mesmo povo, pois que está sendo subsidiado em dois bilhões e quatrocentos milhões.

Não sou eu quem o afirma Sr. Presidente, alguém que como eu desconhece os assuntos da área econômica, mas Joelson Beting que é um profundo conhecedor da matéria.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não.

O Sr. Franco Montoro — Congratulo-me com a série de fatos que V. Ex^a traz ao conhecimento do Senado e quero destacar um aspecto que me parece muito importante e ligado ao problema político, é que essas decisões, envolvendo bilhões, trilhões, com interesses de toda ordem, são tomadas à revelia do Congresso Nacional; à revelia da população, a portas fechadas. Esta é a causa, é a raiz de todos esses problemas. Na realidade, o povo está sentindo, com as eleições, que a abertura democrática vai significar pelo menos a possibilidade de fiscalizar estas coisas e que estas decisões a portas fechadas não poderão ser tomadas num regime em que a vontade popular seja respeitada.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a, mas o nosso caminho vai ser um pouco longo, porque é preciso que o Congresso, através de uma nova Constituição possa, de fato e de direito, interferir nessas decisões arbitrárias de portas fechadas do Poder Executivo, e eu diria dos Poderes Executivos, Sr. Presidente, porque o caso do feijão a Cr\$ 60,00 já vem sendo praticado por muitos Estados, inclusive o meu, o Mato Grosso do Sul.

O Sr. Franco Montoro — Pelo nosso, também. Mas é preciso não esquecer que esses governadores, especialmente o do Estado de V. Ex^a, foram nomeados de cima para baixo, não foi o povo que os escolheu. E esses problemas todos são consequência de um fato concreto: o Governo não confia no povo e acaba confiando nestes homens que somam uma tal quantidade de poderes, que acabam impondo a sua vontade. E, sem fiscalização, os erros vão se agravando.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Grande soma de poderes e grande margem de irresponsabilidade.

O Sr. Franco Montoro — E maior de interesses.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Vou continuar, Sr. Presidente, lendo os comentários de Joelson Beting:

“Eis que o Banco Central desembarca na reunião de amanhã com uma proposta de fazer fazendeiro brasileiro fixar residência no Canadá;...”

De fato, Sr. Presidente, o que está se tramando agora em matéria de crédito rural contra o produtor agrícola é para cada um fechar as porteiças das suas fazendas, sejam elas agrícolas, sejam de pecuária.

“... transformando o lançamento da futura safra de verão, colheita 84, em entesouramento em caderneta de poupança.

Sem garantia de preço justo, mercado comprando pouco e pagando menos, o agricultor recebe a notícia de que vai perder o crédito barato. O produtor de grande porte, cliente preferencial do crédito rural, passaria a trabalhar com juros de 12% mais correção monetária integral.

Esse tomador responde por mais de um terço do PIB agrícola. Das duas, uma: ou deixará de produzir ou repassará os custos financeiros para os preços finais.”

Esta última hipótese, Sr. Presidente, vai ser praticamente inviável e, aliás, o próprio comentarista o diz mais adiante.

Não há condições para que o produtor rural possa repassar os custos de produção diante da carestia da população brasileira, diante do miserável poder aquisitivo do povo brasileiro neste momento.

Ainda agora mesmo, eu lia no jornal que o consumo de carne, no Rio de Janeiro, caiu em 30%, agora, este ano, estes meses, em relação ao mesmo período de 1981. É como diz Joelson Beting:

“Comprando pouco e pagando menos, o agricultor não pode fazer o mesmo que faz o industrial e o mesmo que faz o comerciante, repassar o preço do custo do seu produto; não há condições para isso,

“pois, em matéria de custos, a “economia rural” anda bem servida: o preço recebido deixou de acompanhar a variação do preço pago. No Paraná, nas últimas cinco safras, a deterioração dos termos de troca”, veja bem, Sr. Presidente “segundo a FGV, foi de secar pimenteira: o preço recebido subiu de 100 para 404 e o preço pago saltou de 100 para 948.”

E ele, logo diante, diz: “é por isso que diminuiu a população do Paraná e o êxodo foi rural.”

Mas não foi o êxodo do trabalhador rural apenas, Sr. Presidente, foi o êxodo do trabalhador e do produtor rural. Este, ainda amealhando na mochila aquilo que lhe sobrava das suas atividades agrícolas de tantos anos, montou no seu caminhãozinho e foi procurar novas plagas em Rondônia e no Acre.

Essa situação, ou seja, preço recebido, que subiu de 100 para 404 e o preço pago de 100 para 948, essa

“diferença foi compensada pelos donativos generosos do crédito subsidiado, não raro desviado, porque o crédito é estímulo para o produtor e não, necessariamente, para o produto.”

“Quem não teve preço e ficou sem crédito, levantou âncoras e refugiou-se na fronteira agrícola do Noroeste...”

O que eu disse: foi para Rondônia, foi para o Norte de Mato Grosso, foi para o Acre. Mesmo no meu Estado, Mato Grosso do Sul, que já é uma fronteira agrícola, muitos lavradores e pecuaristas já se transferiram para novas áreas.

“Os produtores rurais de “porte médio”, seriam “contemplados” com juros de 6% mais nove décimos da correção monetária integral. Digamos, dinheiro a 100% ao ano, pelos índices de hoje. Dinheiro para o produtor médio, Sr. Presidente, de 100%. “Entre outras coisas, porque o consumidor exaurido vai tirando o time de campo, rejeitando o cargo de biodigestor da inflação da incompetência de modelo e da negligência do mercado, cada vez mais atravessado.”

Nós devemos lembrar que no começo deste Governo, quando o Sr. Delim Netto, passeando pelas feiras de São Paulo, prometeu ao povo que ia acabar com o atravessador. Nós todos vimos na imprensa e na televisão S. Ex^a, agilmente, apesar do corpo pesado, de banca em banca, prometendo isso justamente, que os preços não teriam uma grande variação entre a porteira da fazenda e a banca da feira ou do supermercado. Mas tudo ficou nessa manifestação, apenas de boa vontade do Sr. Ministro do Planejamento, porque — à época ele era Ministro da Agricultura — as medidas não foram tomadas. E, hoje, os produtos agrícolas, entre o portão da fazenda e o consumo na banca da feira e no supermercado, o preço tem aumentado de 300, 400 e até 800%, conforme temos lido constantemente nas estatísticas apresentadas.

Portanto, o atravessador continua aí. O então Ministro da Agricultura, transformado no “Senhor todo poderoso” da economia nacional, nenhuma providência tomou em defesa do produtor rural e do consumidor cidadão.

O pequeno produtor, de produtividade menor e custo operacional maior, passaria a desfrutar de juros de 3% e oito décimos da correção monetária integral.

Sr. Presidente, nós, que conhecemos o interior, V. Ex^a o conhece, sabe que o pequeno produtor rural poderá pagar um juro de 3%; mas oito décimos da correção monetária! Ele vai fazer apenas agricultura de subsistência. Ele vai, quando muito, sobreviver. Deixará de ser um consumidor dos produtos industriais. Ali vai ser mais uma área ampliada da miséria nacional, essa dos pequenos produtores rurais, que formam um grande contingente, ainda, da população brasileira.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não.

O Sr. Franco Montoro — Apenas para contrastar este fato que V. Ex^a anuncia, com a decisão do Governo com a famosa dívida do Sr. Lutfalla. Eram bilhões. Para ele, foi perdoada a correção monetária. Para o ex-Ministro, o famoso chefe do Banco Econômico, se perdoou a correção monetária. Mas o agricultor, o coitado do agricultor da subsistência, esse tem de pagar o juro e a correção monetária. É esta indignidade que deixa frio o Governo, mas revolta o povo. V. Ex^a faz muito bem em citar esses fatos neste momento. É pena que a repercussão das coisas ditas neste plenário tenham alcance limitado. Esta é a razão da Lei Falcão. O Brasil não pode conhecer as coisas graves que estão acontecendo.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Conhece em parte, Sr. Senador. Por isso já fiz aqui um elogio à *Voz do Brasil*.

O Sr. Franco Montoro — É um dos únicos canais de que dispomos.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — O principal do que falamos aqui é transmitido pela *Voz do Brasil*. Nos mais longínquos sertões de Mato Grosso a *Voz do Brasil* é ouvida.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex^a tem toda razão.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — E eu, agora, tenho tido prova disso.

O Sr. Franco Montoro — É o último instrumento que resta à comunicação numa campanha eleitoral.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Tenho até medo de fazer esse elogio à *Voz do Brasil*, porque a qualquer dia vão acabar com ela.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex^a tem razão.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Vão fazer uma Lei Falcão para a *Voz do Brasil*, porque, nessa campanha eleitoral, percorrendo aqueles 250 km² do meu Estado, tenho sempre ouvido dos meus patrícios, dos meus concidadãos: "Senador, tenho gostado de ouvir o senhor falar quase sempre, e que chegue até nós a voz de um coestaduano." Eu menciono o fato, Sr. Presidente, para informar que o homem do interior do Brasil está realmente interessado naquilo que se passa no Congresso Nacional. Nós é que estamos sendo um poder capado no regime que aí está, porque dizer, afirmar, que o povo é indiferente à atuação dos seus representantes no Congresso, é desconhecer o que talvez eu pudesse até chamar de patriotismo do homem do interior brasileiro.

O Sr. Franco Montoro — E é mesmo, é patriotismo.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — É patriotismo, porque eles ouvem sempre a *Voz do Brasil*; eles são sequeiros para tomar conhecimento daquilo que se passa aqui. É por isso que nós temos a obrigação de defender, seguidamente, os interesses do povo no Congresso, fazendo ouvir sua voz, por mais que o Poder Executivo continue a desprezar as manifestações do Congresso da República. Pelo menos o povo nos ouve, Sr. Presidente.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex^a outro aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não.

O Sr. Franco Montoro — Uma das razões para isto é também a crítica que o povo, na realidade, está fazendo a esse jogo desleal do Governo. Os grandes meios de comunicação, o rádio e a televisão, a cada momento, transmitem informações do Executivo que neste momento só cuida das eleições. E há, então, uma desigualdade patente. No interior, eu ouço — eles não têm adjetivação mais cuidada — "é um jogo sujo do Governo". O Governo precisa saber que o povo acompanha isso. Há televisão para o Governo, para o Presidente da República, para os candidatos do Presidente da República, das visitas que ele faz a todos os Estados. Eles pensam que enganam o povo brasileiro. Eles estão enganados, o povo está vendo muito claramente...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Perfeito!

O Sr. Franco Montoro — ... Por isso ele valoriza muito aqueles poucos minutos da *Voz do Brasil*, na seção destinada ao Congresso Nacional. Porque ali é o único momento em que a crítica aparece, em que ele vê o seu problema concreto retratado neste Congresso. Eu me congratulo, mais uma vez, com V. Ex^a Senador José Fragelli, pela oportunidade dos fatos que traz e por sua divulgação, porque isso corresponde a um dos direitos da pessoa humana. Na Declaração Universal dos Direitos do Homem há este: o direito à informação, o direito de saber...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito bem!

O Sr. Franco Montoro — ... e o Governo está negando ao povo esse direito...

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Aliás está expresso na Constituição.

O Sr. Franco Montoro — ... Expresso também na Constituição.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Mas a Constituição aqui é feita para não ser cumprida; tem-se maior prazer em violar a Constituição do que respeitá-la e cumpri-la.

Prosseguindo na leitura do competente comentarista, quanto ao pequeno produtor, diz ele: "Também não teria condição de sobrevivência, ele que já trafega no fio de gilete da subsistência familiar".

É felicíssima essa expressão de Joelmir Beting. Aliás, ele é extraordinário no uso das palavras, e no saber nos motivar com determinadas idéias que se transformam em sentimento para nós. Continuando, Sr. Presidente: "Ele que já trafega no fio de gilete da subsistência familiar, sacando pouco mais de um salário mínimo de renda líquida por mês, média apurada em mais de um milhão de pequenas propriedades do Nordeste." Do Nordeste de V. Ex^a, Sr. Presidente, que poderia, sem dúvida, confirmar o que o comentarista está dizendo. Mais de um milhão de pequenos produtores do Nordeste sacam apenas o bastante para sua subsistência, algo parecido com o salário mínimo. Agora, vem o Governo, submetendo-se as injunções, como ressaltou o Senador Franco Montoro, das autoridades monetárias internacionais, ditar, à revelia do Congresso Nacional que representa todo o povo da Nação, impor um *deirtat* econômico-financeiro à Nação, para aumentar a miséria de pelo menos 40% da população marginalizada deste País.

"O Plano do Banco Central segue a orientação da desmontagem dos subsídios na economia, mas bem que poderia evitar a política açodada do oito ou oitenta; os subsídios do crédito rural terão de recuar lentamente, que o andar desse santo é de vidro."

E mais:

Cada unidade a menos de subsídio no crédito terá de ser compensada por uma unidade a mais na margem do preço.

Nós já vimos que é impossível, Sr. Presidente e Srs. Senadores, numa contingência...

O Sr. Franco Montoro — Vai reduzir salários?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Perfeito. ...numa contingência de recessão que talvez marche para a estagnação econômica. Como acrescentar preço na unidade do produto rural?

Este final, Sr. Presidente, precisa ser meditado:

"Essa correção do rumo exige cautela, paciência, tempo, articulação. Caso contrário, a produção rural, financeiramente desestabilizada, contemplará o Brasil com mais inflação, ainda que do gênero corretivo, e com mais recessão. E uma recessão no campo acaba com o Brasil antes do ano 2.000, com o epitáfio procedente: Aqui jaz o gigante incompetente, deitado eternamente." (Muito bem!)

Sr. Presidente, essa advertência precisa ser meditada pelos homens que são responsáveis pelo futuro próximo deste País.

No mesmo sentido e com outros argumentos, Luiz Carlos Mendonça de Barros também aprecia as mudanças no crédito rural. Ele mostra, Sr. Presidente, que a taxa nominal de juros na verdade varia de acordo com os setores da economia, de acordo com as regiões, de acordo com o porte das empresas e que, sobretudo, as grandes empresas, e mais do que as grandes empresas nacionais, as multinacionais, são beneficiadas com juros diferenciados menores do que aqueles que são concedidos às empresas de médio e de pequenos portes. E entre estas, pela dificuldade, sobretudo, delas se cartelizarem, estão justamente as fazendas agrícolas, estão justamente os produtores rurais.

Vou ler esta passagem que é assaz significativa e que bem nos ilustra sobre a matéria:

"No Brasil de hoje podemos dar como exemplo deste grupo, isto é, daqueles que não têm o poder de se unir para obter crédito mais barato, as unidades do setor agrícola, fazendas, e boa parte do setor têxtil e da indústria de construção civil.

Das unidades do segundo grupo, aquelas que pelo seu poderio, sempre conseguem crédito mais barato, podemos dar o setor automobilístico, o químico, o farmacêutico e muitos outros."

E agora, o que é importante:

Tomando-se por base a variação de preço dos doze meses terminados em agosto passado, teríamos uma taxa de 60% para os produtos agrícolas de exportação, lado a lado com um aumento de cer-

ca de 100% para a indústria de transformação e de mais de 120% para o setor de transporte, indústria automobilística. Num quadro como este, como falar em uma taxa de juros reais para a economia?"

E como essa taxa varia, Sr. Presidente, consoante os índices de inflação, e como os produtos agrícolas têm esse rendimento, um aumento de 60%, os outros de 100 e 120%, acresce àquela taxa de juro real maior para o setor agrícola uma concessão de créditos menores e em piores condições, justamente acompanhando os custos da produção agrícola.

São considerações que, quanto mais são aprofundadas no exame dessa matéria econômica, nos mostram que as decisões agora tomadas pelo Conselho Monetário, pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Planejamento, talvez venham a ditar a falência da agricultura e da pecuária brasileira.

É a isto que estamos expostos, Sr. Presidente. Não tenho, pessoalmente, autoridade para abordar esses assuntos e, por isso mesmo, estou me socorrendo daqueles que conhecem a matéria. Só gostaria, Sr. Presidente, para terminar de lembrar, valendo-me desta lição de Luiz Carlos Mendonça de Barros, mostrando a posição desvantajosa do setor rural, lembrar do que diz Cohen, no seu livro *Economia Agrícola*, edição do Fundo de Cultura Econômica do México: que há grandes diferenças entre a agricultura e a indústria. Em primeiro lugar, muitos artigos agrícolas são co-produtos, como o trigo e a palha, a carne do carneiro e a sua lã, e assim por diante. Em segundo lugar, a agricultura, no seu conjunto, requer uma proporção de terras bem maior do que a indústria. Estes aspectos são de menor importância, no caso. Em terceiro lugar, é regra geral, na exploração agrícola, que se empreenda em pequenas unidades, que dão pouco lugar à divisão do trabalho. Também tem suas consequências econômicas, mas deixemos de lado.

E agora, Sr. Presidente, em quarto lugar: os rendimentos, na agricultura, variam consideravelmente por causa de fatores climatológicos e biológicos, razão pela qual o agricultor não pode controlar de um modo cabal o montante e o valor da sua produção. Este é um ponto fundamental da diferença entre a produção agrícola e a produção industrial. Pois bem! O produtor rural está sujeito a esses azares. Usamos o termo azar em lugar de fatores climatológicos, biológicos, aos quais nós poderíamos acrescentar a variação de preços. Ele não é como um comerciante, Sr. Presidente, que tendo ou não mercado, no momento, num ou outro mês, ou em meses seguidos para sua mercadoria, ela é conservada na prateleira, o preço pode ser acrescido e, às vezes, bem majorado. O produtor agrícola está sujeito a todos esses azares dos fatores climatológicos e biológicos.

E mais um elemento: em quinto lugar, em parte devido à sua organização em pequena escala, a produção responde, com frequência, às mudanças de preços de maneira muito diferente da produção agrícola, de tal modo que a oferta se possa ajustar somente com grande lentidão.

Esses dois pontos, que diferenciam a produção agrícola da produção industrial, mostram a situação já naturalmente desvantajosa da atividade econômica, que é a agricultura, que é a pecuária.

Pois bem, Sr. Presidente, além disso, pelos dados que aqui nos são fornecidos, nós vemos que, hoje, a economia dirigida deste País sempre coloca em posição de inferioridade a agricultura em relação à indústria, desde que, consoante acabei de ler, os aumentos médios de preços na agricultura atingiram a 60% e da indústria, conforme o setor, 100, 120 ou mais de 120%. De sorte que a agricultura, por todas as razões, e eu insisto naquelas dos azares dos fatores climatológicos e biológicos e da dificuldade de controle dos seus preços, a agricultura que deveria ter uma proteção, vamos dizer assim, cautelar de Estado, cautela em relação à vida nacional, à produção de alimentos para o povo das nossas grandes massas cidadinas, essa agricultura agora é abandonada e quase que perseguida pelo Governo através dessas medidas.

Por que, Sr. Presidente? Porque as autoridades, os meios bancários e as autoridades financeiras internacionais exigem do País uma política econômica quase suicida para continuar o Governo a ter o direito de rolar a dívida externa do País.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Franco Montoro — V. Ex^a aborda um aspecto que atinge, realmente, na sua injustiça fundamental, a política econômica vigente, de orientação monetarista. V. Ex^a comparou a agricultura e a indústria. Nós poderíamos levar a comparação mais longe. Três setores: a agricultura, a indústria e as fi-

nanças. Se nós unirmos os banqueiros, o industrial e o agricultor, tratá-los igualmente seria uma injustiça. É o velho princípio de que tratar igualmente situações desiguais é injusto. Ora, qual é a situação de um e outro? O agricultor, como V. Ex^a lembra, tem todos os riscos; precisar da terra, preparação da terra, o plantio, acompanha a produção, a colheita, a venda, quase sempre produtos perecíveis, pragas — o risco é enorme. O industrial tem um risco bem menor; inclusive o seu produto não é perecível. Ele pode calcular melhor. Evidentemente o risco é menor. O banqueiro, o risco é praticamente nulo. O lucro, ele já o tem na hora em que dá o empréstimo ao interessado. De modo que tratar igualmente seria uma suprema injustiça. Ouvi, certa vez, de um homem do campo, essa observação: se nós colocarmos o industrial e o agricultor em competição, dentro de um ano o industrial acaba se apropriando da fazenda, fica com o resultado do agricultor. E o banqueiro, em 90 dias, é capaz de ficar com a fazenda do agricultor e a fábrica do industrial. A diferença é esta. E esse conceito econômico, monetarista, nega a realidade. Eles ficam nas abstrações. Como V. Ex^a acaba de demonstrar, dão uma preferência a certos setores da indústria vinculados a interesses multinacionais, com sacrifício. Este é o grande crime no Brasil. Isto não se discute. Isto é feito, e quem não está de acordo com isso é considerado subversivo. Essa discussão que V. Ex^a traz hoje é muito rica em conseqüências e põe o dedo na chaga. Isto não pode continuar. É por isso que as eleições deverão ter do povo brasileiro uma resposta muito positiva, apesar de todas as manobras, de todas as imposições de leis Falcão, de vinculação de voto e proibição de debate e utilização de recursos públicos a favor do Governo. Eles estão sendo altamente impatrióticos, não estão permitindo o debate dessa questão e a adoção de uma solução diferente. O lema do PMDB é este: "Você sabe, é preciso mudar". E o Brasil todo sabe disso.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — O Senhor Presidente da República empenhou a sua palavra, no plano político, com a abertura, e no plano econômico, com a prioridade à agricultura. A abertura está sendo feita a trancos e barrancos, através de um processo nada democrático, com os casuísmos decretados pelo Governo. Eu diria que aquela outra palavra do Presidente da República "prioridade à agricultura", agora também está sofrendo os seus percalços, porque essas medidas de agora são os casuísmos do Governo para a agricultura e a pecuária.

Sr. Presidente, eu vou terminar com uma consideração feita pelo ilustre Professor da Universidade de Chicago, Prêmio Nobel de Economia em 1979, Theodore Schultz.

Diz ele:

É mais fácil "modernizar" uma linha aérea, uma aciaria ou uma usina do que a agricultura.

E complementou:

— Os aumentos substanciais de produtividade são obtidos com incentivos à capacidade empreendedora do agricultor, com pesquisas tecnológicas que cheguem até eles e, sobretudo com preços compensadores para seus produtos a nível dos padrões internacionais de comércio. Para sufocar uma atividade agrária.

— Para sufocar uma atividade agrária:—

é suficiente desestimulá-la mediante preços não compensadores.

Sr. Presidente, esta é a lição de um grande economista, de um professor de Economia.

Agora, nós estamos vendo, por todas essas medidas que vão ser decretadas pelo Governo Federal contra a agricultura brasileira, que se decidiu desampará-la, retirando os incentivos que para a agricultura existiam, e como que perseguindo-a, porque as medidas recessivas que estão sendo anunciadas prenunciam também uma grande queda no poder aquisitivo do povo brasileiro e, portanto, na sua capacidade de consumir a produção agrícola, mesmo depauperada, com as medidas que estão sendo tomadas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, representante que eu sou de um Estado agropecuário, que vive mais pelas atividades da agricultura, da pecuária e também posso dizer que me sinto representante de Mato Grosso do Norte, onde a produção extrativa vegetal também tem o seu valor econômico, não podia deixar de ressaltar um veemente protesto por essas medidas do Governo federal, que vão levar toda a intranquilidade que já existe nas cidades para o campo, para os lares dos brasileiros e para o conjunto da vida nacional. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Trabalhos das Comissões

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária do dia 3 de novembro a seguinte

ORDEM DO DIA

Trabalhos das Comissões

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALMIR PINTO NA SESSÃO DE 26-10-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALMIR PINTO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estava inscrito, ontem, para abordar um assunto relacionado com a conferência feita por S. Ex^a o Sr. Ministro da Saúde, Waldir Arcoverde, no dia 20 do mês em curso, no Centro de Ciências da Saúde da cidade universitária no Rio de Janeiro, isto porque, não só pelo conteúdo da conferência, como pelo pensamento de S. Ex^a haver coincido com aquela apreciação que fizemos nesta Casa, no dia 18, também de outubro, quando defluiu o dia consagrado ao Médico, em que comentávamos a vida do profissional da medicina, no seu trabalho cotidiano, principalmente, daquele médico que, vocacionalmente, adentrou-se à hinterlândia brasileira para, da melhor maneira possível, ao seu alcance, atender aos moribundos que o procurassem. E não foi outro o pensamento de S. Ex^a o Ministro Waldir Arcoverde que quase que montou a sua brilhante conferência no tema por nós abordado nesta Casa:

“Ministro quer mais Médicos no interior; ele defende, também, a descentralização das ações de saúde.”

São dois pontos interessantes, Sr. Presidente, porque infelizmente tivemos a oportunidade de mostrar que no território nacional ainda temos, aproximadamente, de mil e quinhentas a duas mil cidades sem Médicos.

Dizem que o fato é gerado pelo desconforto que essas cidades oferecem. O médico é fator decisivo para fixação do sertanejo no seu verdadeiro *habitat*, dando-lhe confiança na preservação da saúde. Posso dizer a V. Ex^a, que foi Governador de um Estado nordestino e ao nobre Senador José Fragelli, cujo Estado quando governou era um dos maiores Estados do País, Mato Grosso — antes de sua divisão em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul — das dificuldades que um médico iria encontrar para atender razoavelmente as populações sertanejas, dos mais longínquos municípios brasileiros; dificuldades de transporte para o atendimento de chamados na maioria urgentes, o custo da viagem, às vezes excedendo a frágil situação financeira! A falta do esculápio na metade dos municípios brasileiros cria o problema até com a justiça! O juiz de direito, o promotor de justiça, evitam residir nas comarcas sem recursos médicos, por falta de segurança à saúde da família, e deixavam as suas comarcas praticamente abandonadas. Ainda vejo isso lá no Ceará. Ninguém quer ir para o Saboeiro, uma cidade no Ceará central, porque lá não há médicos; talvez tenha-se que ir buscar um doutor na cidade de Iguatu ou mais distante ainda.

Então, há esta necessidade da interiorização do médico, ou melhor, ele precisa ser atraído para o interior”.

Eu me recordo da minha infância na cidade, Lavras da Mangabeira, no Ceará, onde existia apenas um médico, filho da terra, de uma mesma família, como de regra acontece no interior, onde o casamento é de primo com prima... É o meu caso, casei-me com uma prima... e santo de casa não obra milagre!... Esse médico sempre procurava outras cidades para o exercício da profissão e para ganhar algum dinheiro para viver. O que acontecia então? Lavras vivia entreguê, praticamente, a um farmacêutico, *farmacêutico formado*, e por sorte, nobre Senador Fragelli e nobre Presidente, um homem inteligentíssimo. E com que respeito pronuncio o nome desse homem — José Gonçalves Linhares — de saudosa memória. Era um médico perfeito; isto porque, naquele tempo e ainda quando saí da faculdade, em 1936, e fui para Maranguape, cidade vizinha a Fortaleza, a Medicina ainda era aquela medicina galênica, em que o médico formulava a poção, o xarope e mandava manipular a pomada de *Reclus*... para feridas, conhecidíssima de toda gente...

Então, praticamente, o farmacêutico de Lavras, José Linhares, era um homem que além de inteligente, era de notável perspicácia, conhecia a região e as doenças que lhe eram comuns. Possuía excelente tirocínio clínico; e a medicação que receitava, de regra, servia ao paciente.

Eu testemunhei isto depois de formado. Aprendi muito com José Gonçalves Linhares, quando eu ainda era acadêmico de Medicina, e ia passar as minhas férias lá em Lavras. Além de farmacêutico, fazia também as vezes de dentista. Tinha um ferro botião que servia para extrair molares e caninos e um outro ferro menor para extração de incisivos. E eu, como doutorando — esta é uma estória que nunca me esquecerei — estava passando férias em Lavras. As melhores férias do mundo as de doutorando... porque o povo está sentindo na gente o cheiro de doutor. O doutorando é aquele moço que está faltando um ano para colar grau. Lá na minha terra natal não havia médico fixo, pois o esculápio da cidade era meu parente e havia viajado para a cidade de Iracema, nos limites do Rio Grande do Norte. Ficamos então os dois eu e o farmacêutico José Linhares. A minha sorte foi ter, no quinto ano de Medicina, um excelente professor, aquele mestre que moldava o médico: Professor Fernando São Paulo, que ministrava a cadeira de Terapêutica Clínica. Diante de um paciente, falava primeiro sobre o caso clínico e depois ensinava a receitar, ora para pobre, ora para rico... Não que ele quisesse fazer uma diferença proposital; não. É que ele colocava o médico numa cidade de interior, onde a indústria farmacêutica praticamente não existia e o médico teria que receitar a poção, o xarope e a pomada.

Pois bem, graças a esse tirocínio que adquiri, do Dr. Fernando São Paulo, cheguei em Lavras, minha terra, e ocupei uma sala ao lado da farmácia e passei a atender os doentes que vinham a procura do médico e não o encontrava. O farmacêutico por sua vez não queria receitar ninguém com a presença de um doutorando na cidade. E dizia: o preferível é que, na ausência de um médico, um doutorando, assumia a responsabilidade de receitar essa gente, procura uma medicação para aliviar os seus males. Então, passei a receitar. E correu a notícia que o filho do Sr. Melquíades, este o nome do meu pai, estava fazendo tudo lá em Lavras. Olha só o perigo. *Estava fazendo tudo*, e eu nem formado, era ainda!...

Muito bem. Um dia chega uma senhora com um abscesso dentário: um molar inferior. Então, eu disse para o farmacêutico: “eu nunca peguei em um botião, não tenho vocação para dentista... e não gosto muito da Odontologia, porque tenho horror de pegar um botião e arrancar um dente, coisa que Nosso Senhor implantou tão direitinho em nossa boca e o ter de arrancar à força!..., não doi muito para isso”. E ele disse: “— Não, mas é o jeito, porque está correndo a notícia de que você está fazendo tudo e você tem que extrair esse dente.” Respondi-lhe: “— Pelo amor de Deus, eu nunca extraí dente na minha vida!” “— Mas eu vou lhe ensinar”.

Vamos à anestesia, e não tinha outra senão Sinalgan. E fiz uma anestesia tão forte que tenho a impressão que foi uma anestesia troncular. Ele me entregou o botião... foi um verdadeiro absurdo; eu me descuidei, peguei o botião com as duas mãos, o dente era o inferior, quando fiz pressão e puche, o botião escapuliu e foi de encontro à arcada superior! “— Foi pior, porque agora, talvez, ao invés de um dente, seja mais de um, porque devo ter arrebentado de um a dois dentes dessa cliente.”

Mas, por felicidade, nada aconteceu. Ele me explicou que eu fosse só com uma das mãos; procurasse abalar o dente, e pegasse firme... Deu-se, então, o grande milagre... Extraí o dente!

Por aí poderão ver a falta do dentista nas cidades interioranas. Não condeno o prático que ainda hoje presta bom serviço, na ausência do odontólogo.

O Sr. José Fragelli — Muito bem!

O SR. ALMIR PINTO — Se não tem o dentista e se não tem o farmacêutico prático, como é que aquela gente vai se ver? Não condeno. Fui Presidente do Conselho Regional de Medicina do Ceará, e às vezes chegavam reclamações de que no interior tal há um cidadão que não é médico e está fazendo isso e aquilo outro. Eu perguntava: E lá há médico? Se houvesse um médico se tomaria providência, e se não... Acompanhem de perto o desempenho do “prático”, não permitindo passar os pés adiante das mãos! Então, se não há médico e nem dentista na localidade, vamos deixar o povo sofrer, por não existir profissionais formados. Achei muito oportuna essa idéia do Sr. Ministro da Saúde, querer mais médico no interior. Atentemos para os dados fornecidos pelo Sr. Ministro Waldyr Arcoverde. Existiam no Brasil 117 mil e 401 médicos, até dezembro de 1979; desses 117 mil e 401 médicos, 61.017, mais de 50%, portanto, estavam no Rio e em São Paulo!

É necessário que se incentive o médico para trabalhar no sertão. Os prefeitos municipais poderiam ajudar com a prestação de serviços aos seus municípios. A preferência é para que residam nas cidades. Quando isto não for possível, atenderão 2 ou 3 dias na semana. Acontece que o doente não adoece só naqueles dois ou 3 dias em que o médico vai àquela cidade. A doença não tem hora para aparecer, essa é a verdade. A falta do médico no interior é uma

das razões da fuga do meio rural para as cidades maiores, além do desconforto que existe. A população sente-se insegura, e se dá a migração para cidades que ofereçam maior conforto e segurança.

O Sr. José Fragelli — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. José Fragelli — Apenas uma observação. Quando foi criado o serviço do FUNRURAL, eu era o Governador e pude verificar as grandes vantagens da criação do FUNRURAL, que permitia aos Governos Estaduais, com uma complementação de recursos pelo FUNRURAL, a localização de médicos nas vastas regiões do interior, sobretudo nas cidades isoladas a que V. Exª está se referindo. Embora tivesse havido algumas vezes incompreensão do FUNRURAL quanto às possibilidades de funcionamento da assistência médica, conseguimos, no Estado de Mato Grosso, estender essa assistência na região rural a muitas localidades e sedes, até de municípios, antes desassistidos. Certa vez, por exemplo, exemplo de uma incompreensão, tínhamos uma cidade, não me lembro bem se Jaciara ou São Félix, em Mato Grosso; o Secretário de Saúde conseguiu contratar um médico de Goiás que vinha duas vezes por semana atender à população do lado mato-grossense. O FUNRURAL não queria concordar em fazer o pagamento porque essa assistência não se fazia diariamente e com as demais condições exigidas pelo FUNRURAL. Foi uma luta muito grande para mostrar que ali não havia médicos — fato constatado por V. Exª — e que seria muito melhor uma assistência de quatro horas, duas vezes por semana, do que nenhuma. Mas, com todas essas dificuldades, podíamos dar, e demos, na medida do possível, assistência médica às regiões dos nossos sertões e de localidades assim isoladas. Infelizmente, agora veio a unificação do FUNRURAL com a Previdência Social, que considero um grande erro cometido, precisamente porque a tendência é trazer para as cidades essa assistência médica, quando ela devia ser justamente por imposição dessa realidade brasileira, que todos conhecemos, da nossa vastidão territorial, de um lado, e dos núcleos de populações longínquos afastados uns dos outros, isolados: deveríamos ter uma assistência dada exatamente à zona rural através do FUNRURAL e outra da Previdência Social nos meios citadinos. De sorte que, hoje, vejo essa assistência à população rural desamparada, pela infeliz unificação do FUNRURAL com a Previdência Social. É um fato para o qual eu gostaria de pedir a atenção de V. Exª, que conhece o assunto como político e como médico, e procurar indagar sobre os efeitos dessa unificação que, a meu ver, são desvantajosos à assistência que devemos dar bem próxima à nossa grande população rural desassistida.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço o aparte de V. Exª

No interior, por exemplo, na minha cidade de Maranguape, há o FUNRURAL que funciona através do Sindicato dos Trabalhadores. Por exemplo, no hospital geral de Maranguape, lá que foi a primeira maternidade construída no interior, como eu já disse nesta Casa, com uma verba de 200 contos que o então Interventor Menezes Pimentel, de saudosa memória, recebeu do então ditador Getúlio Vargas, também de saudosa memória; esta importância foi destinada para construir a primeira maternidade do *hinterland* cearense. O Interventor Menezes Pimentel, sabendo que eu era médico em Maranguape, tendo sido eu aluno interno seu colégio - S. Exª, aliás, foi um grande educador — preferiu localizar a construção dessa primeira maternidade na terra de Capistrano de Abreu, pela proximidade com Fortaleza, que, naquela ocasião, só contava com uma maternidade para indigentes, que ainda hoje existe: a chamada Maternidade João Moreira. Preferiu o Interventor a cidade vizinha à capital do Estado para bloquear um pouco a grande afluência à Maternidade João Moreira, em Fortaleza.

Pois bem, hoje essa maternidade foi forçada a se transformar num hospital geral que atende o FUNRURAL, atendendo pacientes vindos de nada menos 10 outros municípios circunvizinhos, e que deverão submeter-se a cirurgias. Mas quanto ao FUNRURAL, é preciso que o paciente procure o sindicato rural, o sindicato do trabalhador, para receber a ficha e dirigir-se ao hospital para ser atendido. Os médicos têm uma gratificação pelo atendimento que prestarem aos pacientes, pela verba que o FUNRURAL destina ao Hospital.

O Sr. José Fragelli — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ALMIR PINTO — Pois não, tem V. Exª o aparte.

O Sr. José Fragelli — Eu gostaria de dar um aparte a V. Exª para mencionar o caso concreto da minha cidade de Aquidauana, que já referi aqui. A maioria dos médicos de Aquidauana formou uma sociedade e exploram o hospital. Essa sociedade chama-se SOCIMEDI. Nós, do Sindicato Rural,

conseguimos a construção de um hospital do FUNRURAL. Pois bem, os médicos da SOCIMEDI, todos eles da Previdência, fizeram uma pressão tremenda para que se fechasse o hospital do FUNRURAL. E um deles, por sinal hoje candidato a prefeito, casado com a filha de um rico fazendeiro, era quem mais insistia no fechamento do hospital do FUNRURAL, e chegou a usar esta frase: ponham um preço nessa droga, que eu compro esse hospital. O que eu quero ressaltar, Sr. Senador, é que, até agora, o Sindicato Rural não conseguiu aqui, junto ao Ministério da Previdência, e eu tratei disso, os célebres credenciamentos e não conseguimos...

O SR. ALMIR PINTO — Não consegue, o FUNRURAL não credencia.

O Sr. José Fragelli — Pode credenciar os médicos que trabalham no hospital do FUNRURAL para atender casos da Previdência Social no FUNRURAL, quando for o caso. Nós não conseguimos nada disso, e hoje funciona o hospital rural graças aos recursos do Sindicato Rural de Aquidauana. Veja V. Exª a luta que se trava, de um lado a Previdência Social, pelos médicos que a representam num determinado local, como é o caso de Aquidauana, médicos que fundaram uma sociedade, e exploram um hospital para lucros individuais — eles são, ao mesmo tempo, as autoridades da Previdência Social em Aquidauana e no Estado — e, de outro lado, o Hospital do FUNRURAL destinado a atender justamente os doentes, os necessitados da região rural. A Previdência Social, em Mato Grosso do Sul, está na dependência da administração de Mato Grosso, em Cuiabá. Apareceu, em Aquidauana, um desses dirigentes da Previdência de Cuiabá, que, tomando conhecimento desses conflitos, disse o seguinte: "Eu não vou desautorizar os meus colegas médicos", mostrando a inconveniência — V. Exª me perdoe, que é médico — da parte administrativa da Previdência ficar com os médicos, devia ficar com administradores de empresas, porque esse médico por exemplo, ficou com excrúpulos de desautorizar os seus colegas de Aquidauana, prejudicando, portanto, e grandemente, os interesses da classe rural, seja dos patrões seja dos empregados. É alguma coisa que precisa ser estudada mais a fundo e, a meu ver, acho que a Assistência Médica, farmacêutica, dentária, rural, deveria ser destacada da Previdência Social, porque casos como esse de Aquidauana vão se repetir em muitas cidades do interior.

O SR. ALMIR PINTO — Eu agradeço o aparte de V. Exª e devo dizer que, praticamente, isto não é muito difícil de se realizar, porque o INAMPS é aquela repartição da Previdência Social que credencia o hospital e credencia o médico, mas o médico credenciado pelo INAMPS não tem a obrigação de atender ao FUNRURAL. Tanto é assim que disse a V. Exª: lá, em nosso hospital, nós recebemos uma verba "X" do FUNRURAL e com essa verba "X" o hospital paga aos médicos que atendem ao FUNRURAL, pagam ao hospital, a parte de medicamentos e a parte de pensões.

O Sr. José Fragelli — Eu só gostaria de lembrar que o FUNRURAL tem o que é mais difícil, para organizar a assistência, que são os recursos próprios. O FUNRURAL tem recursos próprios.

O SR. ALMIR PINTO — Devia fazer o seu próprio hospital.

O Sr. José Fragelli — Claro, pois ele tem recursos próprios. É isto que pleitearia, que o FUNRURAL viesse a ter a sua própria assistência, porque nós pagamos, hoje, 2,5% — nós, os produtores rurais — sobre as nossas vendas brutas como receita do FUNRURAL. E isto hoje se mistura e se confunde com a receita da previdência, trazendo para nós que estamos sentindo o problema na própria carne, grandes desvantagens para o meio ruralista.

O SR. ALMIR PINTO — Eu tenho uma idéia. Não sei se seria a solução para o problema do FUNRURAL. V. Exª sabe que são poucos os hospitais do INAMPS. Esse órgão compra o serviço médico à rede hospitalar particular. Não sei se o FUNRURAL gostaria de construir hospitais para o atendimento dos seus segurados, porque vai ter um desembolso maior. Como dizia a V. Exª, isto é claro, meridiano. Lá em Fortaleza, por exemplo, o hospital mais caro é o Hospital Geral do INAMPS, muito caro mesmo a sua manutenção. A despesa do Hospital Geral de Fortaleza é qualquer coisa que V. Exª não pode atinar. Mesmo pagando dentro daquela escala de credenciamento hospitalar, classe A, classe B e classe C, o preço é muito mais razoável do que o do hospital da própria entidade.

Mas, o que se poderia fazer, nobre Senador, para não ficar algo tumultuado, era o seguinte: V. Exª sabe que o INAMPS credencia número de leitos no hospital. Por exemplo, lá, no nosso hospital infantil, temos cem leitos credenciados para a clínica infantil. Esses leitos são do INAMPS. Então, se poderia pensar que o FUNRURAL também credenciasse um determinado número de leitos para atender os rurícolas. Ao invés de fazer como faz, pagar uma importância "X" para o hospital atender indiscriminadamente. Assim

poderíamos pensar o INAMPS e o FUNRURAL credenciando um certo número de leitos para o atendimento hospitalar.

Sr. Presidente, era meu desejo abordar outros assuntos, mas este é muito interessante porque estou conversando com Senadores que falam a minha língua. Sou médico, homem nascido no interior do Ceará. Vivi a vida do sertão como profissional da medicina na cidade de Maranguape que, àquela época, quando eu lá cheguei, em 4 de janeiro de 1937, era uma cidade pouco diferente da minha, Lavras de Mangabeira, lá no sul do Estado. Eu atendia chamados para quase todos aqueles municípios circunvizinhos, Caucaia, Pentecoste, Canindé, Redenção, etc., e, às vezes, eu ficava exausto. Noites havia de ter três chamados para fazer parto. Chegava de um chamado, saía para outro, um trabalho cansativo e de muita responsabilidade. Agora, se diria:

“Quer dizer que V. Exª ganhou muito dinheiro? Com uma clientela dessas!...”

Não, não ganhei; não ganhei porque a clientela era pobre. Eu, às vezes, não tinha coragem de chegar numa casa pobre e cobrar uma importância “x” pelo parto que fazia; Deus me havia ajudado para que tanto a mulher e a criança se salvassem. Se eu cobrasse qualquer importância, talvez a mim não fizesse falta, mas faria muita falta àquele pobre pai de família, para sustentar aquela pobre mulher que acabara de dar a luz àquele filho.

Por conseguinte, eu vivi a vida sertaneja de profissional da medicina e se tempo tiver para escrever alguma memória, farei constar não sei qual a que mais trabalho me deu, se a vida profissional como médico ou a de político. Nesta, eu sofri muito mais. Sofri até com risco de vida, sem nada dever, por isso sem nada a temer! Também sofri por devoção e por vocação como médico que fui do meio rural, pelo que jamais me arrependi.

É só, Sr. Presidente, *(Muito bem!)*